

Sarney

# Depois da poesia,

O ESTADO DE S. PAULO — 5

Política

## um murro na mesa

**CARLOS CHAGAS**

No auge da boataria que tomou conta do País, quinta-feira, quando o mínimo ouvido era a renúncia do presidente da República, Sarney encontrou tempo e condições para demonstrar, através da literatura, suas disposições políticas. A um amigo de longa data, que dele se despedia por retornar ao Exterior, citou verso de Rimbaud: "Par délicatesse, je perdu ma vie". A referência valia ao contrário, isto é, o presidente sugeriu que não perderia a vida, nem o mandato, nem sequer o controle do processo político e econômico, por delicadeza. Estava deixando de ser conciliador, ameno e complacente, porque a ocasião o exigia.

Horas depois, deu prova disso ao manter diálogo acre com o presidente do PMDB, Ulysses Guimarães. Bateu na mesa, irritado com a indefinição do partido e as investidas de boa parte de seus grupos no sentido da redução humilhante de seu mandato. Uma vez mais, talvez a milésima, sustentou jamais haver exprimido o desejo de ficar seis, cinco ou quatro anos, decisão que deve caber exclusivamente à Assembléia Nacional Constituinte. Não poderia aceitar, porém, uma redução humilhante e drástica, até inferior aos quatro anos, se calcada na idéia de sua punição como o grande culpado pela crise econômica. Se houve responsáveis pelo malogro do Plano Cruzado I, disse, eles não deveriam ser buscados exclusivamente no governo. O PMDB teve sua grande parcela de culpa, ao insurgir-se contra a revisão do congelamento de preços antes das eleições de novembro passado. O empresariado, da mesma forma, só pensou em fechar bem os balanços de 86, despreocupando-se com o futuro. Nem os consumidores escaparam, atacados pela febre da compra.

Por que, então, ser ele, Sarney, o único crucificado? Uma decisão política sobre o tempo de seu mandato continua sendo exigida pelo presidente, no mais breve espaço de tempo possível, como falou, ainda que a decisão jurídica e institucional ve-

nha a ser tomada só no meio do segundo semestre, pela Assembléia Nacional Constituinte.

Ulysses Guimarães também falou grosso, mas como ambos são políticos de ampla experiência, a conversa ficou apenas como mais uma de tantas amargas que eles têm tido. Depois, à imprensa, o parlamentar paulista amenizou o episódio. Indagado se haviam examinado a continuação da reforma do Ministério, disse ser aquele um assunto da alçada exclusiva do presidente.

Quem saiu em socorro do presidente e ainda ontem atuava foi Aureliano Chaves. Como líder do PFL, e até calcado nas críticas e restrições feitas anteriormente à política econômica, ele confirmou o raciocínio de Sarney: "O PMDB apoiou delirantemente e usufruiu todos os benefícios do Plano Cruzado I. Agora quer tirar o corpo fora".

Ontem pareceu dia mais calmo, tendo o presidente ido ao Rio para uma solenidade militar, retornando à tarde. Conforme pessoas que conversaram com ele, demonstra já ter optado por decisões e modificações a executar no campo econômico e no político. O problema é que essa versão de ele já se ter definido vem de uma semana ou mais, e as modificações e as decisões continuam desconhecidas. O ministro da Fazenda desmentiu a iminência de outro choque na economia, afastou a hipótese do congelamento de preços e salários e admitiu, apenas, o retorno pleno à indexação. Também saiu da Capital Federal, ontem, para despachar em São Paulo. Rio dos boatos que o davam como demissionário dias depois de empossado e até conseguiu uma vitória, mesmo limitada. Ao falar à imprensa, quinta-feira, no Palácio do Planalto, não aceitou ser envolvido pela balbúrdia de microfones e gravadores. Do alto da bancada construída exatamente para dar tom solene às entrevistas, aceitou uma a uma as indagações feitas de razoável distância, para irritação de certos canais de televisão mais interessados em transmitir a imagem de seus logotipos nos vídeos do que nas perguntas de seus repórteres.

A esse respeito, aliás, estabeleceu-se propositada confusão. Os as-

sessores de Comunicação Social do Palácio do Planalto, perdidos entre os desmentidos e os astros, sugeriram a Sarney medida radical: banir os repórteres do terceiro andar do Palácio do Planalto, onde fica o gabinete presidencial. Propositadamente, confundiram alhos com bugalhos, pois, se é necessário acabar com a balbúrdia, nem por isso deve ser arranhada a prerrogativa de os profissionais da notícia saírem em busca da própria. Diante de representantes do comitê de imprensa, manteve a decisão.

Faz tempo que o presidente vem sendo aconselhado a preservar o que se chama a liturgia de suas funções, ou seja, evitar ser abordado na rua por jornalistas, expor-se demais e deixar de atender telefonemas de repórteres a ele mais ligados. Os comunicadores-astrólogos chegam a sugerir que não receba mais jornalistas, coletiva ou individualmente. Outra vez, uma coisa nada tem que ver com a outra. Se Sarney dá entrevistas na calçada, é porque quer. Se atende o telefone, também. Cortando essas práticas, em nome da preservação da majestade do cargo que exerce, nem por isso lhe seria proveitoso evitar contatos com a imprensa.

O fim de semana não será, com certeza, de boatos iguais aos de dois dias atrás. Uma espécie de trégua espontânea baixou sobre Brasília, desde ontem, atingindo o Executivo, os partidos, a Assembléia Nacional Constituinte e a imprensa. Interrompe-se, também, a desinformação vinda de fora, principalmente de São Paulo e do Rio de Janeiro. Mas será fatal o recrudescimento de tudo, de segunda-feira em diante, caso as tais "decisões e determinações já tomadas" em termos de mudanças políticas e econômicas permaneçam desconhecidas. Porque o mínimo para supor, em meio à crise, é que inexistam. Da iniciativa presidencial dependerá o desenrolar das gestões para a fixação de seu mandato, para o fim da guerra entre o PMDB e o PFL, para a superação dos crescentes obstáculos econômicos em condições de tumultuar o plano social e gerar, desta vez, insolúvel crise política. Realmente, não deve ser por delicadeza que a Nação irá para o brejo.